

<b>ENTREGUE NO I.S.S.S DE</b>	<b>PEÇAS FINAIS DE APRESENTAÇÃO DE CONTAS DAS INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL</b>	<b>ANO DE 2012</b>
<b>DENOMINAÇÃO:</b> Fundação de Aurélio Amaro Diniz  <b>MORADA:</b> Rua António Mendes Monteiro - Quinta da Comenda		<b>RESERVADO AOS SERVIÇOS</b> Dist. Conc. IPSS COD. <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>
<b>N. ANDAR :</b> LOCALIDADE: Oliveira do Hospital  <b>FREGUESIA:</b> Oliveira do Hospital  <b>CONCELHO:</b> Oliveira do Hospital <b>COD. POSTAL:</b> 3400-083		
ESPAÇO RESERVADO AO CENTRO REGIONAL DE _____  <b>PARECER:</b> EM ____/____/____  <b>DESPACHO:</b> EM ____/____/____		
EM <u>2013, 03, 04</u>  <small>(Assinatura do Técnico Oficial de Contas)</small>		202724506  <small>(Aposição da Vinheta do TDC)</small>
<b>O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:</b>  LOCAL: Oliveira do Hospital  DATA: vinte e sete de março de 2013  <b>ASSINATURAS:</b> 		<b>APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL</b>  Oito de abril de 2013  <b>ASSINATURA DO PRESIDENTE</b> 

## ÍNDICE

RELATÓRIO DE ATIVIDADE DO ANO 2012 .....	4
1 □ Envolvente .....	4
2 □ Atividade .....	5
3 □ Investimentos.....	10
4 □ Custos de Produção.....	11
5 □ Recursos Humanos .....	12
6 - Perspetiva para o futuro .....	14
7 □ Enquadramento Legal da Fundação .....	15
BALANÇO .....	17
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS .....	18
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA .....	19
Anexo ao Balanço e Demonstração de resultados.....	20
1 Identificação da Entidade .....	21
2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	21
3 Principais Políticas Contabilísticas.....	22
3.1 Bases de Apresentação .....	22
3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração .....	24
4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros: .....	28
5 Ativos Fixos Tangíveis .....	28
6 Ativos Intangíveis .....	29
7 Locais .....	30
8 Custos de Empréstimos Obtidos .....	30
9 Inventários .....	30
10 Rendimento .....	31
11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.....	31
12 Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	31
13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio .....	32
14 Imposto sobre o Rendimento.....	32
15 Benefícios dos empregados.....	32
16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais .....	32
17 Outras Informações .....	33
17.1 Investimentos Financeiros .....	33
17.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros .....	33
17.3 Clientes e Utentes.....	33
17.4 Outras contas a receber .....	34
17.5 Diferimentos.....	34
17.6 Outros Ativos Financeiros .....	35



17.7	Caixa e Depósitos Bancários .....	35
17.8	Fundos Patrimoniais.....	35
17.9	Fornecedores .....	37
17.10	Estado e Outros Entes Públicos .....	37
17.11	Outras Contas a Pagar .....	37
17.12	Outros Passivos Financeiros.....	37
17.13	Subsídios, doações e legados a exploração .....	38
17.14	Fornecimentos e serviços externos.....	38
17.15	Outros rendimentos e ganhos .....	38
17.16	Outros gastos e perdas .....	38
17.17	Resultados Financeiros .....	39
17.18	Acontecimentos após data de Balanço .....	39
	ATA DE APROVAÇÃO DE CONTAS PELO CONSELHO FISCAL .....	40
	CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS.....	41
	CONVOCATÓRIA PARA A ASSEMBLEIA DA LIGA DE AMIGOS .....	43
	ATA DE APROVAÇÃO DE CONTAS DA ASSEMBLEIA GERAL DA LIGA DE AMIGOS.....	44

## RELATÓRIO DE ATIVIDADE DO ANO 2012

Cumpre, de acordo com o previsto nos estatutos da Fundação de Amílrio Amaro Diniz, que se apresentem as contas e o relatório de atividade do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

### 1 - Envolvente

O contexto económico e social que atualmente se vive no nosso país em conjugação com as constantes mudanças que se têm verificado no setor da saúde, são encaradas pela F.A.A.D. não como uma dificuldade, mas como uma possibilidade para aprimorar os nossos serviços.

Deste modo, pretendemos demonstrar que, apesar de todas as dificuldades com as quais a F.A.A.D. se tem vindo a deparar, conseguimos contornar as contrariedades, apresentando resultados favoráveis. Salienta-se, então, a relevância da instituição para a comunidade envolvente, no que respeita à prestação de serviços de qualidade tanto a nível social como ao nível de atividade hospitalar.

Na atividade hospitalar, que mais se têm feito sentir os efeitos da crise económica, pois são cada vez mais as situações em que as pessoas nos abordam no sentido de verificarem o gasto associado a um determinado exame/tratamento/consulta, a fim de averiguarem a sua disponibilidade financeira para recorrer aos nossos serviços.

O constante aumento do desemprego, do qual o nosso concelho não tem ficado alheado, é um dos fatores que mais tem contribuído para a situação supra descrita. Encontrando-se as famílias com rendimentos cada vez mais diminutos, há que fazer escolhas, pelo que em muitos casos se verifica que as pessoas deixam algumas questões de saúde para segunda opção.

Ainda relativamente à atividade hospitalar, importa referir as constantes mudanças que se têm verificado na área da saúde. Assim, ressalva-se o facto de a F.A.A.D. ter sido alvo de cortes orçamentais, por parte da Administração Regional de Saúde, no que respeita à atividade hospitalar, tendo sido forçada a reduzir substancialmente a sua atividade cirúrgica no decorrer do ano 2012. Por este facto, foi necessário, tomar algumas medidas que contribuíssem para minimizar o impacto desta medida, não só nos resultados anuais, mas essencialmente, na manutenção do bom funcionamento da instituição. Deste modo, foi solicitado a todos os colaboradores um esforço acrescido no que respeita a medidas de contenção de gastos.

No que concerne à atividade social da F.A.A.D., tem-se vindo a verificar que as famílias continuam a recorrer aos nossos serviços tanto na área da infância, como no apoio à 3ª idade.

Relativamente aos nossos serviços no apoio à infância, verifica-se que os pais, apesar das dificuldades, fazem um esforço para que as suas crianças permaneçam nos nossos serviços, podendo assim, usufruir das diferentes atividades que lhes são proporcionadas. Tal verifica-se, pelo facto de as famílias sentirem a real importância das atividades disponibilizadas nos nossos serviços, para o desenvolvimento pessoal e intelectual das crianças.

No apoio à 3ª idade, os níveis de atividade mantêm-se semelhantes aos de outros anos, pelo que o facto de nos últimos anos terem surgido no concelho novos prestadores de cuidados nesta área não se tornou, efetivamente, uma ameaça.

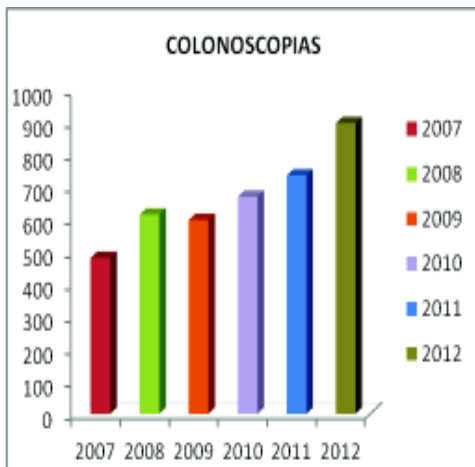
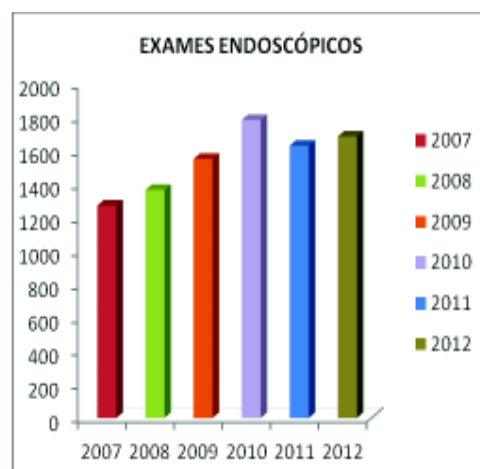
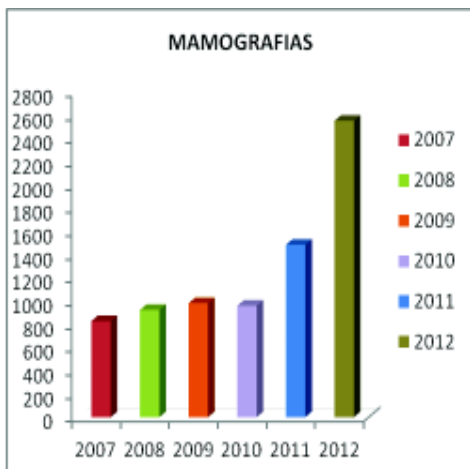
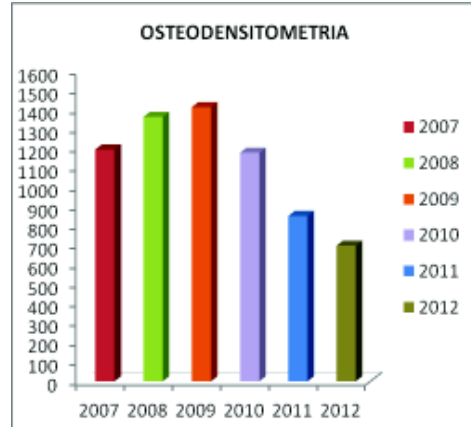
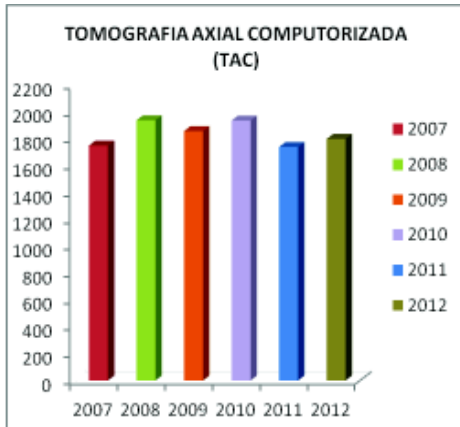
Surgiu, no decorrer do ano 2012, a prestação de um outro serviço no âmbito social, denominado de "Cantinas Sociais". Aqui, a F.A.A.D. disponibiliza às famílias mais carenciadas do nosso concelho uma refeição diária cujo gasto para a família é mínimo ou mesmo nulo. Esta medida tem como principal objetivo que as famílias que apresentam uma situação económica mais difícil tenham a possibilidade de usufruir, de pelo menos, uma refeição diária completa.

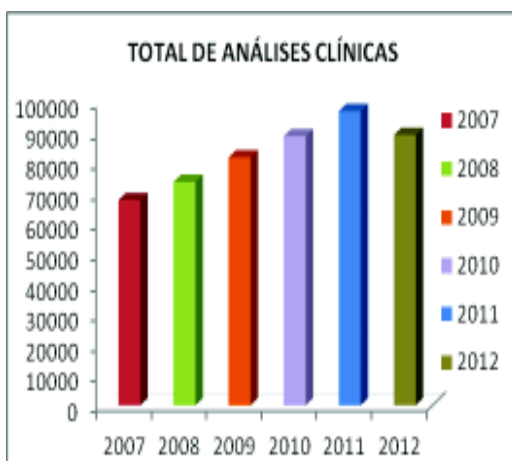
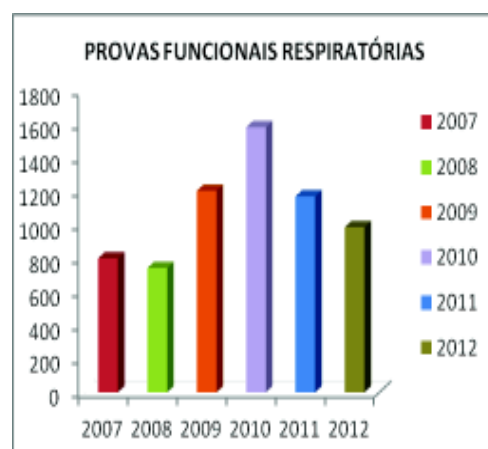
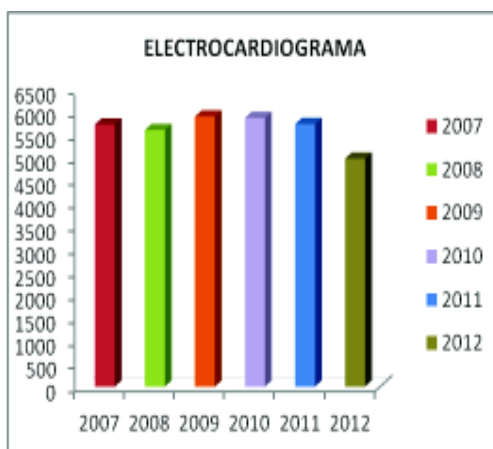
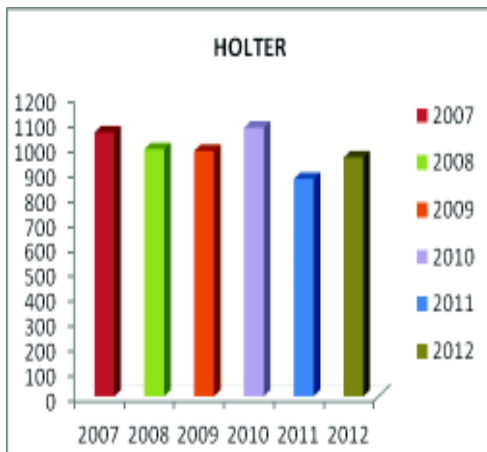
## 2 - Atividade

Como já foi mencionado, no que respeita à atividade da F.A.A.D. no âmbito social, os níveis de ocupação mantiveram-se estáveis, salientando-se o facto da existência de nova resposta social das "Cantinas Sociais".

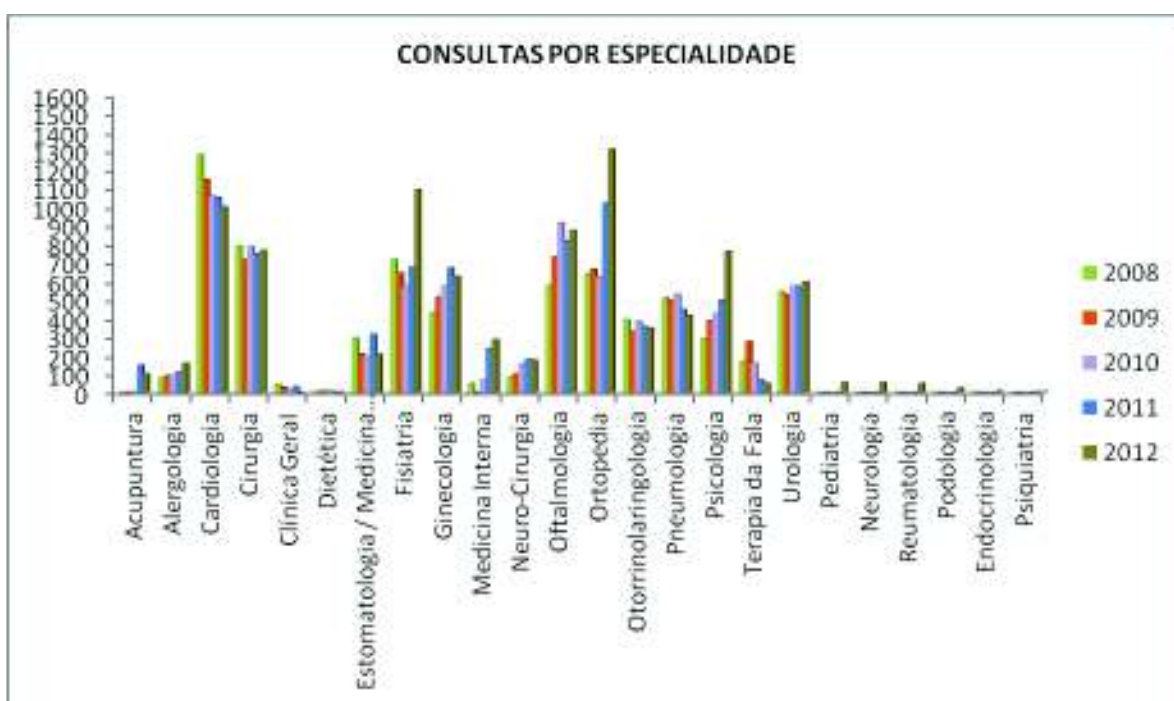
Quanto à atividade hospitalar, e relativamente aos meios auxiliares de diagnóstico, verificou-se um aumento no número de exames realizados associados a determinadas patologias. De modo a que se verifique de forma mais assertiva a evolução do número de exames realizados ao longo dos vários anos, apresentam-se de seguida alguns dados comparativos.







Apresentam-se agora alguns dados através dos quais se verifica a evolução ao longo dos anos, do número global de consultas externas realizadas e por especialidade na F.A.A.D..



Relativamente às consultas de especialidade, verifica-se que no decorrer deste ano, as especialidades que tiveram um aumento mais relevante foram as consultas de Fisiatria, Ortopedia, Psicologia, Estomatologia/Medicina Dentária e Oftalmologia. Verifica-se ainda um aumento noutras especialidades, ainda que menos expressivo.

É de salientar o facto, de no decorrer deste ano, a oferta de consultas de especialidade ter alargado, sendo este um dos objetivos que há muito pretendíamos ver satisfeito. Passaram, então a ser realizadas consultas no âmbito das especialidades de Pediatria, Neurologia,



Reumatologia, Podologia, Endocrinologia e Psiquiatria. Destas, as que apresentaram níveis de procura mais elevados foram as especialidades de Neurologia, seguindo-se a Pediatria, a Reumatologia, a Podologia, a Endocrinologia e por fim a Psiquiatria. Há a salientar o facto de o exercício de atividade no âmbito das especialidades acima referidas não se ter iniciado na mesma data, pelo que o número de consultas realizadas também varia em função deste aspecto.

Importa ainda demonstrar os números associados à atividade cirúrgica na F.A.A.D., de modo a que possamos perceber a evolução que se tem vindo a verificar nos últimos anos, bem como o impacto que o corte exigido pela Administração Regional de Saúde teve nesta atividade. Para tal, apresentamos graficamente o total de intervenções cirúrgicas realizadas.



Ressalva da análise ao gráfico supra apresentado, o facto de o número de intervenções cirúrgicas realizadas no decorrer do ano 2012 ter sofrido um decréscimo na ordem das 300 intervenções. Como já foi referido, esta redução resulta da exigência que nos foi imposta por parte da Administração Regional de Saúde, pelo que a F.A.A.D. teve de suspender a atividade cirúrgica no último trimestre do ano.

Há a salientar o facto de no decorrer deste ano, e na sequência do resultado positivo da candidatura realizada à medida 3.2.2 do PRODER, a F.A.A.D. ter sido contemplada com uma «Unidade Móvel de Saúde» para prestação de serviços ao domicílio.

O objetivo primordial para a aquisição desta unidade é a aproximação dos cuidados de saúde à população concelhia. Pretende-se assim, que todas as pessoas tenham acesso aos cuidados básicos de saúde, essencialmente os habitantes que residem nas zonas mais limítrofes do concelho, que sendo maioritariamente idosos, e com recursos económicos e sociais escassos veem dificultado o seu acesso a este tipo de cuidados.

Ressalva-se assim, o facto de a F.A.A.D. no desenrolar da sua atividade ter presente as necessidades da comunidade envolvente, tentando encontrar meios de atuação que contribuam para minimizar quaisquer dificuldades da população envolvente.

Importa salientar o facto de no desenrolar da nossa atividade, nos mantermos atentos às necessidades da comunidade envolvente, pelo que em algumas situações somos solicitados por diferentes instituições para colaborar com as mesmas no exercício de algumas atividades.

### **3 - Investimentos**

No decorrer do ano 2012, foram realizados alguns investimentos que se mostram essenciais para o bom funcionamento e desempenho da atividade da F.A.A.D..

Um dos investimentos realizados foi a implementação da "Unidade Móvel de Saúde", que se realizou na sequência da resposta favorável à candidatura efetuada à medida 3.2.2 do PRODER. É um investimento que apresenta um valor global de 104.639,78€, tendo um subsídio não reembolsável de 77.208,79€. Consistiu, o investimento, na aquisição de uma carrinha que torna possível a prestação de cuidados de saúde ao domicílio. A "Unidade Móvel" encontra-se devidamente apetrechada com todo o equipamento essencial à prestação de cuidados ao domicílio, pelo que será no início do novo ano que a mesma começará a percorrer as aldeias do nosso concelho, levando até às populações das mesmas os cuidados de saúde essenciais. O Município de Oliveira do Hospital associou-se à implementação do programa e veio a deferir em 19 de fevereiro de 2013 um apoio ao investimento no valor de 13.715,50€.

Foi adquirido um intensificador de imagem, que possibilitará uma melhoria na qualidade dos nossos serviços no âmbito da atividade cirúrgica, pois permite a manutenção de determinado tipo de cirurgias que o anterior equipamento já não possibilitava. Este investimento foi de 46.125,00€.

Tendo-se mostrado manifestamente insuficientes as instalações atuais do infantário, para acolher o número de crianças inscritas e em função dos parâmetros que julgamos serem essenciais, foram realizados todos os procedimentos necessários para a construção de um novo edifício, numa deliberação ponderada com os serviços da DREC e da Segurança Social. Já iniciada a construção após um procedimento concursal, a obra foi adjudicada à empresa CIP- Construção, pelo valor de 453.522,91 (valor com IVA inclusivo).

#### 4 ▫ Custos de Produção

Relativamente à produção na atividade hospitalar, há a salientar o facto de no decorrer deste ano, se verificar um decréscimo da faturação na ordem dos 95.000,00€, o que resulta dos cortes a que a F.A.A.D. foi sujeita por parte da Administração Regional de Saúde.

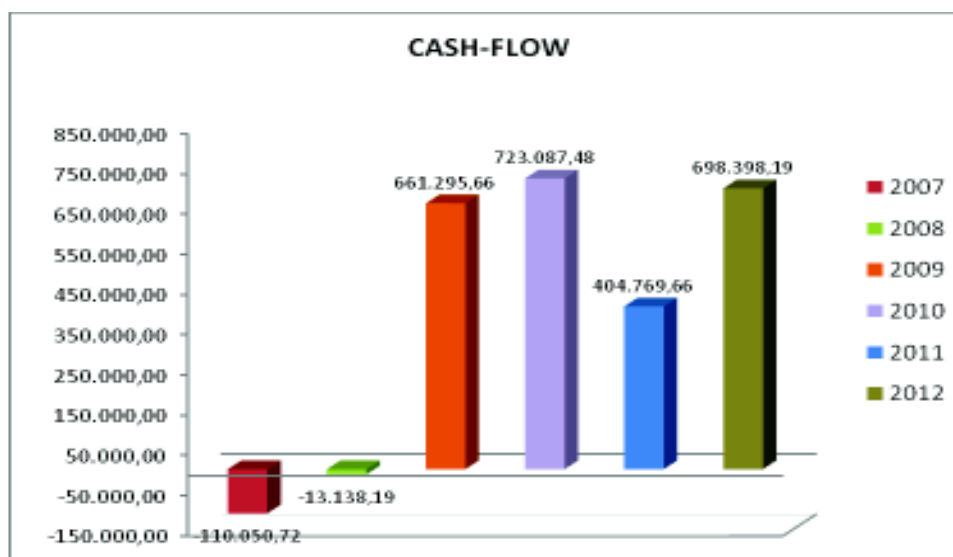
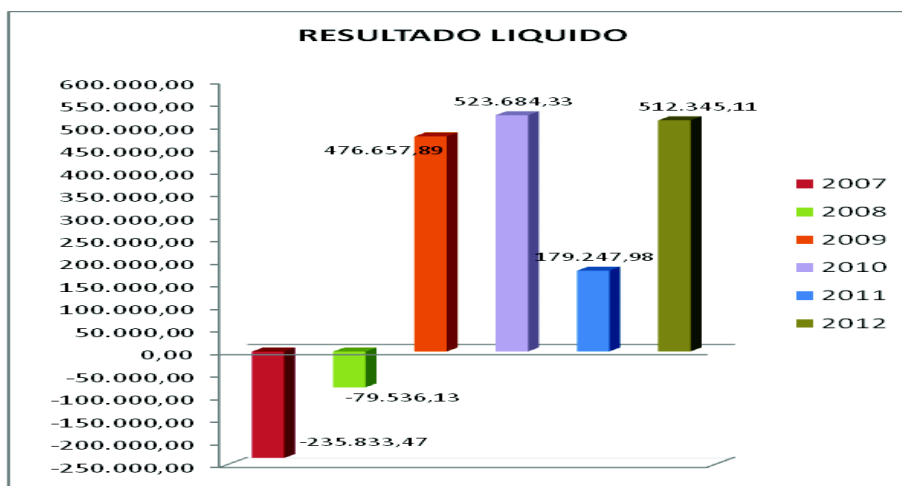
Correspondendo a diminuição da faturação essencialmente à redução da atividade cirúrgica, e sabendo que a esta estão associados gastos fixos, verifica-se que num determinado período do ano a atividade desenvolvida pelo bloco operativo não foi sustentável do ponto de vista económico e financeiro.

Apresentam-se, agora os dados relativos à atividade da F.A.A.D., bem como os resultados auferidos no exercício findo a 31 de dezembro de 2012.



No que respeita aos dados apresentados no gráfico acima, salienta-se o facto de o valor das prestações de serviço ter um decréscimo de, aproximadamente 95.000,00€, o que mais uma vez, resulta da imposição colocada à F.A.A.D, de redução dos níveis de atividade.

Importa ainda referir, que esta situação não terá impacto apenas nos resultados do ano 2012, mas também no que serão os resultados do próximo exercício (2013), pois no decorrer do último trimestre de 2012, a F.A.A.D. foi impedida de faturar qualquer importância à Administração Regional de Saúde, sendo esse mesmo valor imputado no mês de janeiro de 2013. Representando esses três meses o montante que ronda os 192.000,00€, a faturação relativa ao ano 2013, terá de ter em conta este valor. Assim no próximo ano, o limite para a faturação global incluirá o valor referente a outubro, novembro e dezembro de 2012, o que implica que no decorrer de 2013 terá, também, de haver uma redução na atividade (acrescida em 2,8% por nova imposição da ARS Centro).



## 5 Recursos Humanos

De seguida apresentam-se alguns dados relativos ao número médio de funcionários por resposta social:

	LAR	APOIO DOMICILIÁRIO	ATL	CRECHE	EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR	HOSPITAL	SERVIÇOS SUBSIDIÁRIOS COMUNS	CENTRO DIA	TOTAL
2008	17	4	4	7	7	78	29	4	150
2009	18	3	3	8	7	77	34	4	154
2010	18	3	3	8	7	77	34	4	154
2011	19	3	1	14	8	88	29	2	164
2012	20	3	1	14	8	93	30	2	171



Como se verifica através da representação gráfica do número de funcionários, no decorrer do ano 2012 foram admitidas algumas pessoas que já desempenhavam funções na Instituição ao abrigo do programa Contrato Inserção Emprego. Decorrente deste facto, verificou-se um acréscimo nos gastos com pessoal, pelo que, de seguida apresentamos a evolução de gastos relativa a esta rubrica:



Sendo a formação um aspeto de alto relevo para que sejam prestados serviços de qualidade, importa referir que no decorrer do ano foram realizadas algumas formações nas quais os nossos colaboradores tiveram participação ativa. As ações realizadas surgiram na sequência da resposta positiva à candidatura efetuada ao Eixo 3 – Gestão e Aperfeiçoamento Profissional, Tipologia de Intervenção 3.6 – Qualificação para os Profissionais da Saúde do POPH – Programa Operacional Potencial Humano. Os cursos ministrados na Instituição foram os seguintes:

- Cuidados na Alimentação e Hidratação: este teve a duração de 50 horas, tendo participado no mesmo 15 colaboradoras. Julgamos que este é um tema bastante apropriado, uma vez que a pessoa idosa ou a pessoa que apresenta graves limitações físicas e mentais necessita que os seus cuidadores estejam devidamente informados da assistência que estes necessitam para o seu bem estar;

- Cuidados na Saúde Mental: com duração de 25 horas, participaram 16 colaboradoras. Também este se apresenta como um tema bastante apropriado. Padecendo, cada vez mais, as pessoas de doenças que interferem com a saúde mental, é crucial que os cuidadores tenham formação, para que consigam dar a resposta adequada às necessidades que estes doentes apresentam;

- Cuidados na Saúde e Populações Mais Vulneráveis: foi ministrado ao longo de 50 horas, tendo sido parte ativa 8 colaboradoras. É de elevado interesse para quem diariamente trabalha com pessoas que apresentam alguma vulnerabilidade, ter informação no que concerne às técnicas e meios a adotar. Estas práticas são de bastante importância, pois só assim é possível contribuir para que estas pessoas se sintam menos frágeis;

- Gestão de *Stress* Profissional em Saúde: compreendendo no total 25 horas, foram 11 as colaboradoras que se mostraram interessadas em participar neste curso. É importante para o bom funcionamento da instituição que os seus colaboradores consigam gerir de forma adequada o *stress* decorrente da sua atividade. Numa instituição onde as relações interpessoais são uma constante, é importante que cada um consiga gerir as suas preocupações sem que isso prejudique o outro, e essencialmente, sem as deixar transparecer para os utentes que se diariamente recorrem aos nossos serviços;

- Técnicas de Posicionamento, Mobilização, Transferência e Transporte: teve a duração de 25 horas, nas quais participaram ativamente 10 colaboradoras. Este, é semelhante dos anteriores, também é uma área de formação bastante relevante para todos quantos na sua atividade diária trabalham com pessoas em situação de dependência. É importante que os nossos utentes usufruam de todos os cuidados que são essenciais para que mantenham alguma qualidade de vida, apesar das suas limitações físicas e mentais.

Esta formação profissional foi duplamente importante tendo em conta que os formadores foram recrutados dentro dos recursos humanos da F.A.A.D., logo comprometendo uns e outros quanto à qualidade e atualidade dos temas.

Outro aspeto de importância salienta é o facto de, neste momento, na Instituição haver 5 colaboradores a usufruir de estatuto de trabalhador estudante para a realização de formação pós-graduada. Aqui, mais uma vez, se verifica a importância da formação pessoal no seio de uma organização. Colaboradores devidamente formados contribuem, positivamente, para a construção de uma Instituição de referência nesta região.

## 6 - Perspetiva para o futuro

A imposição de um teto à faturação ao principal cliente vem a demonstrar a fragilidade das IPSS's no que respeita às políticas estatais para o sector da saúde. Não obstante o reconhecimento de estarmos a prestar um serviço de qualidade, de proximidade e com

vantagens económicas para a população e para o erário público, as restrições orçamentais da ARS Centro colocam desafios à FAAD que, para serem sanados, obrigariam a uma lógica mercantil que nos afastaria do ADN que Aurélio Amaro Diniz venceu no seu testamento: o apoio aos pobres.

Ainda assim, há que ser inventivo nas soluções a adotar para continuar um rumo de sustentabilidade sem desistir, de a todo o momento, manter padrões de qualidade que, ao mesmo tempo que granjeiam utentes nos deixam margem negocial junto das entidades oficiais. Nesse sentido, 2013 aparece de momento como um ano de grandes decisões, que passam pelo incrementar da atividade para novas soluções complementares das até aqui desenvolvidas, seja no campo da Saúde com o estudo de abertura de um serviço de urgência e alargamento do espaço de algumas valências que têm o espartilho físico, seja na ação social com o estudo das unidades unifamiliares para idosos e o já iniciado novo edifício para a infância.

## 7 Enquadramento Legal da Fundação

Importa referir a obrigatoriedade de a F.A.A.D., até finais de junho do próximo ano, proceder à alteração dos estatutos, situação que está a ser acautelada pelo Conselho de Administração. Tal sucede na sequência da publicação da Lei-Quadro das Fundações (Lei 24/2012, de 9 de julho) e cuja obrigatoriedade de adequação obteve em 8 de janeiro de 2013<sup>1</sup> o alargamento do prazo em mais 6 meses por despacho do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, Luís Marques Guedes.

Com esta lei, todo o processo de criação, registo e *modus operandi* das Fundações sofreu alterações. Deste modo, este quadro normativo surge como regulador da criação, funcionamento, monitorização, reporte, avaliação do desempenho e extinção das Fundações, que doravante passam a ser classificadas de Fundações Públicas, Públicas de Direito Privado e Privadas, e dentro destas, classificadas ou não de Utilidade Pública.

Há um conjunto de práticas que a nova lei vem tornar obrigatórias, mas que a F.A.A.D. já tem vindo a adotar voluntariamente, entre as quais a divulgação de contas e relatórios na internet. A alteração que se mostra mais expressiva prende-se com o novo regime de *corporate governance* a adotar, que obriga desde logo a propor à Presidência do Conselho de Ministros uma alteração estatutária para poder abrigar os agora designados órgão de Administração, órgão Executivo e órgão de Fiscalização e, opcionalmente, um Conselho de Fundadores ou de Curadores. A divisão de dois órgãos, colegiais, do que até aqui têm como Conselho de Administração (hoje com 5 membros), sendo um executivo e outro não executivo (apenas para gestão de património e poder de deliberar sobre alteração de estatutos, de modificação e de extinção da fundação), encontramos paralelo nos modelos apontados para

---

<sup>1</sup> Despacho n.º 684/2013, publicado na 2.ª Série do Diário da República em 11 de janeiro de 2013, entrando em vigor no dia útil seguinte, data a partir do qual se contam os 6 meses.

as sociedades anónimas e nas recomendações da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) para as cotadas em bolsa. Daqui resulta também a necessidade de vir a formalizar um Código de Conduta e são estas as alterações que terão de ser equacionadas, respeitando ainda aquela que era a vontade de Amílcar de Almeida expressa no seu testamento.

Prestamos, agora o nosso sincero agradecimento a todos os que diariamente contribuem para o sucesso desta Instituição. Lembramos, então todos os funcionários que com o seu trabalho e dedicação se esforçam para que os nossos serviços sejam reconhecidos; ao corpo de voluntários, que trabalhando gratuitamente, presta um auxílio precioso para o bom funcionamento dos nossos serviços e, por fim, a todos os membros dos órgãos sociais que se empenham arduamente para garantir o bom nome desta casa.

Agradecemos, também a todas as entidades externas à F.A.A.D. que se mostram disponíveis para colaborar nas diversas atividades desenvolvidas.

A colaboração de todos é determinante para que a F.A.A.D. possa desenvolver a sua atividade, e assim proceder em conformidade, para a minimização das dificuldades de todos os que necessitam dos serviços que prestamos diariamente.

Oliveira do Hospital, 08 de abril de 2013



## BALANÇO

FUNDAÇÃO DE AURELIO AMARO DINIZ - IPSS  
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Contribuinte: 500 746 621

Moeda: (Valores em Euros)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2012	31 DEZ 2011
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Activos fixos tangíveis		3.375.578,71	3.345.770,51
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		6.078,20	6.078,20
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
		<b>3.381.656,91</b>	<b>3.351.848,71</b>
<b>Activo corrente</b>			
Inventários		62.496,23	63.538,35
Clientes		1.041.701,21	1.885.101,74
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		3.939,57	0,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outras contas a receber		200.669,15	7.418,49
Diferimentos		5.478,38	0,00
Outros activos financeiros		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários		661.375,69	86.356,72
		<b>1.975.660,23</b>	<b>2.042.415,30</b>
<b>Total do activo</b>		<b>5.357.317,14</b>	<b>5.394.264,01</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos		1.591.388,23	1.591.388,23
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		1.193.850,48	1.014.602,50
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais		1.147.071,21	1.109.653,79
		<b>3.932.309,92</b>	<b>3.715.644,52</b>
Resultado líquido do período		512.345,11	179.247,98
<b>Total do fundo de capital</b>		<b>4.444.655,03</b>	<b>3.894.892,50</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores		582.630,84	759.465,04
Adiantamentos de Clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		47.577,33	44.877,40
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	329.987,13
Diferimentos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		282.453,94	365.041,94
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
		<b>912.662,11</b>	<b>1.499.371,51</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>912.662,11</b>	<b>1.499.371,51</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>5.357.317,14</b>	<b>5.394.264,01</b>

A Direcção

O responsável

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

FUNDAÇÃO DE AURELIO AMARO DINIZ - IPSS  
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS  
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Contribuinte: 500 746 621

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2012	2011
Prestações de serviços		5.191.579,34	5.285.907,62
Subsídios, doações e legados exploráveis		721.032,33	659.627,48
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		1.156.015,33	1.129.387,58
Fornecimentos e serviços externos		2.129.832,17	2.460.885,75
Gastos com o pessoal		2.065.714,17	2.039.231,99
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	15.821,34
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos		157.489,45	140.888,83
Outros gastos e perdas		5.354,80	5.696,75
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento de impostos</b>		<b>713.184,65</b>	<b>435.400,52</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		187.849,43	232.664,68
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>525.335,22</b>	<b>202.735,84</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		2.403,94	60,00
Juros e gastos similares suportados		15.394,05	23.547,86
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>512.345,11</b>	<b>179.247,98</b>
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>512.345,11</b>	<b>179.247,98</b>

## DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

FUNDAÇÃO DE AURELIO AMARO DINIZ - IPSS  
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	DATAS	
	2012	2011
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</b>		
Recebimentos de Clientes e Utentes	5.709.087,80	5.091.778,28
Recebimentos de Subsídios à Exploração	721.032,33	649.596,90
Recebimento de Rendimentos Suplementares Operacionais	37.053,94	39.988,18
Pagamentos de subsídios	0,00	0,00
Pagamentos de apoios	0,00	0,00
Pagamentos de bolsas	0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores	3.467.117,96	3.118.138,90
Pagamentos ao pessoal	1.439.569,87	1.438.286,27
Caixa gerada pelas operações	1.560.486,30	1.224.938,19
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos	-640.715,42	-614.840,07
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	919.770,88	610.098,12
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>		
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Activos fixos tangíveis	103.062,72	286.612,67
Activos intangíveis	0,00	0,00
Investimentos financeiros	0,00	0,00
Outros activos	0,00	0,00
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Activos fixos tangíveis	22.404,89	28.397,41
Activos intangíveis	0,00	0,00
Investimentos financeiros	0,00	0,00
Outros activos	0,00	0,00
Subsídios ao investimento	77.208,79	96.936,98
Juros e rendimentos similares	4.078,31	2.470,36
Dividendos	0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	629,27	-158.407,92
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>		
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Financiamentos obtidos	0,00	0,00
Realização de fundos	0,00	0,00
Cobertura de prejuízos	0,00	0,00
Doações	0,00	0,00
Outras operações de financiamentos	0,00	0,00
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Financiamentos obtidos	329.987,13	401.268,77
Juros e gastos similares	15.394,05	23.547,86
Dividendos	0,00	0,00
Redução de fundos	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	-345.381,18	-424.816,63
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	575.018,97	26.873,57
Efeito das diferenças de câmbio	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	86.356,72	59.483,15
Caixa e seus equivalentes no fim do período	661.375,69	86.356,72

A Direcção

O Responsável



Fundação Aurélio Amaro Diniz

**FUNDAÇÃO DE AURELIO AMARO DINIZ - IPSS**  
**Anexo ao Balanço e Demonstração de**  
**resultados**

**31 de dezembro de 2012**

## 1 Identificação da Entidade

---

A FUNDAÇÃO DE AURELIO AMARO DINIZ - IPSS é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Fundação com estatutos publicados no Diário da República n.º 212, Série III, de 2 de agosto de 1984, com sede em Rua António Mendes Monteiro - Quinta da Comenda - 3400-083 OLIVEIRA DO HOSPITAL. Tem por objetivo contribuir para a promoção da população do concelho de Oliveira do Hospital, dando expressão organizada no dever de solidariedade e de justiça entre os indivíduos mediante a concessão de bens e prestação de serviços.

## 2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

---

Em 2012 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) é Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) é Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL é Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que é data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no é 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL. Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de Janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

O montante total de ajustamento é data da transição reflete a diferença ocorrida nas Demonstrações Financeiras devido é adoção da NCRF-ESNL. Estes ajustamentos estão evidenciados em Resultados Transitados. Assim, os efeitos provenientes da adoção do novo referencial contabilístico é data da transição (1 de Janeiro de 2011) foram registados em Fundos Patrimoniais e estão descritos e explicitados no quadro que se segue:

Reconciliação dos Fundos Patrimoniais	
Fundos Patrimoniais PCIPSS	3.662.448,54
Desreconhecimento de Ativos Intangíveis	
Outros Ajustamentos	232.443,96
Impostos Diferidos	
Total de Ajustamentos	232.443,96
Fundos Patrimoniais SNC-ESNL	3.894.892,50

O ajustamento efetuado corresponde ao lançamento de subsídios para investimentos outrora classificados em sede de PCIPSS em receitas com proveito diferido (conta 274).

Por sua vez a reconciliação do Resultado do Período não teve qualquer alteração:

Reconciliação do Resultado	
Resultado Líquido PCIPSS	
Desreconhecimento de Ativos Intangíveis	
Outros Ajustamentos	
Impostos Diferidos	
Total de Ajustamentos	0,00
Resultado Líquido SNC-ESNL	

Não há lançamentos adaptados do PCIPSS para o SNC-ESNL no que respeita ao resultado.

### 3 Principais Políticas Contabilísticas

---

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### 3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

##### 3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins (sustentabilidade).

##### 3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrerem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura

conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas «Devedores e credores por acrescidos» e «Diferimentos».

### **3.1.3 Consistência de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fidedigna e mais relevante para os utentes.

### **3.1.4 Materialidade e Agregação:**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### **3.1.5 Compensação**

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

### **3.1.6 Informação Comparativa**

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- Razão para a reclassificação.

## 3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

### 3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os «Ativos Fixos Tangíveis» encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Pelo regime de depreciação utilizado anteriormente decalcar a estimativa de vida útil, mantiveram-se as mesmas taxas.

Não foram geradas mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis.

### 3.2.2 Bens do património histórico e cultural

Não existem bens do património histórico e cultural.

### 3.2.3 Propriedades de Investimento

Todos os bens classificados em PCIPSS na conta «Propriedades de Investimento» foram reclassificados para uma subconta do grupo «Edifícios e outras Construções» designada por «Ativos Fixos Tangíveis» em SNC-ESNL, no valor global de 861.044,08€.

### 3.2.4 Ativos Intangíveis

Não aplicável.



### 3.2.5 Investimentos financeiros

A FAAD é associada de duas cooperativas, cujo registo está feito pelo custo de aquisição das participações.

### 3.2.6 Inventários

Os inventários estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o LIFO, e acredita que não resultariam distorções significativas se o método utilizado fosse o custo médio ponderado. Pretende-se, no próximo ano adotar o método do custo médio ponderado. Aos inventários que não sejam geralmente intermutáveis devem ser atribuídos custos individuais através do uso de identificação específica.

### 3.2.7 Instrumentos Financeiros

Não existem mecanismos negociados de eliminação de riscos financeiros (câmbios, taxas de juro, entre outros).

### Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

### Clientes e outras contas a Receber

Os clientes e as outras contas a receber encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

### **Outros ativos e passivos financeiros**

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação são podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contábilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

### **Caixa e Depósitos Bancários**

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

### **Fornecedores e outras contas a pagar**

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

#### **3.2.8 Fundos Patrimoniais**

Não aplicável.

#### **3.2.9 Provisões**

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios econômicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

### **3.2.10 Financiamentos Obtidos**

#### **Empréstimos obtidos**

Os "Empréstimo Obtidos" encontram-se registrados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

□ data de 31 de Dezembro não havia qualquer empréstimo com saldo, estando negociada uma conta corrente caucionada na CCAM de Oliveira do Hospital no montante máximo utilizável de 800 mil □.

#### **Locações**

□o existem contratos de locação.

### **3.2.11 Estado e Outros Entes Públicos**

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) "As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas "queelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

□A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registrados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e □ condicionada □ observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas □ prosseguimento dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade

pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior a aquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.

Pelo cumprimento destes normativos, na F.A.A.D. não existem rendimentos sujeitos a IRC.

#### 4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

Em relação ao ano transato, passou a ser efetuada a imputação do IVA a recuperar relativo a 50% do IVA suportado com despesas em períodos no ano 2012 no valor de 3.939,57€. Nos anos anteriores essa imputação era lançada no ano do pedido (ano seguinte).

#### 5 Ativos Fixos Tangíveis

##### Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2011 e de 2012, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2011					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	1.304.633,60	0,00	0,00	0,00	0,00	1.304.633,60
Edifícios e outras construções	2.727.027,65	508.063,36	0,00	861.044,08	0,00	4.096.135,09

Equipamento básico	1.294.703,28	31.276,12	0,00	0,00	0,00	1.325.979,40
Equipamento de transporte	155.253,03	0,00	0,00	0,00	0,00	155.253,03
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	365.485,58	13.484,26	0,00	0,00	0,00	378.969,84
Outros Ativos fixos tangíveis	248.686,37	-231.649,71	0,00	0,00	0,00	17.036,66
<b>Total</b>	<b>6.095.789,51</b>	<b>321.174,03</b>	<b>0,00</b>	<b>861.044,08</b>	<b>0,00</b>	<b>7.278.007,62</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	2.190.721,27	46.057,15	0,00	0,00	0,00	2.236.778,42
Equipamento básico	1.065.108,78	166.552,08	0,00	0,00	0,00	1.231.660,86
Equipamento de transporte	149.027,99	3.112,53	0,00	0,00	0,00	152.140,52
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	284.329,91	16.718,97	0,00	0,00	0,00	301.048,88
Outros Ativos fixos tangíveis	16.140,88	223,95	0,00	0,00	0,00	16.364,83
<b>Total</b>	<b>3.705.328,83</b>	<b>232.664,68</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.937.993,51</b>

Descrição	2012					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	1.304.633,60	0,00	0,00	12.026,55	0,00	1.316.660,15
Edifícios e outras construções	4.096.135,09	0,00	0,00	-27.704,07	0,00	4.068.431,02
Equipamento básico	1.339.745,04	119.127,20	8.101,51	-16.911,95	0,00	1.433.858,78
Equipamento de transporte	155.253,03	61.466,79	691,33	-8.287,03	0,00	207.741,46
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	378.969,84	25.337,84	53.134,40	10.071,88	0,00	361.245,16
Outros Ativos fixos tangíveis	3.271,02	680,39	0,00	21.426,72	0,00	25.378,13
<b>Total</b>	<b>7.278.007,62</b>	<b>206.612,23</b>	<b>61.927,24</b>	<b>-9.377,91</b>	<b>0,00</b>	<b>7.413.314,70</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	2.236.778,42	84.544,93	0,00	-22.117,95	0,00	2.299.205,40
Equipamento básico	1.231.660,86	63.334,39	8.101,51	11.754,84	0,00	1.298.648,58
Equipamento de transporte	152.140,52	18.479,21	691,33	9.338,98	0,00	179.267,38
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	301.048,88	20.302,86	53.134,40	2.558,27	0,00	270.775,61
Outros Ativos fixos tangíveis	16.364,83	1.188,04	0,00	-10.912,05	0,00	6.640,82
<b>Total</b>	<b>3.937.993,51</b>	<b>187.849,43</b>	<b>61.927,24</b>	<b>-9.377,91</b>	<b>0,00</b>	<b>4.054.537,79</b>

Tiveram lugar algumas reclassificações para melhor enquadrar nas respectivas contas os diversos itens do ativo fixo tangível, assim como alguns abates de equipamento obsoleto.

### **Propriedades de Investimento**

Todos os bens classificados em PCIPSS como Propriedades de Investimentos foram reclassificados em SNC-ESNL para uma subconta do grupo "Edifícios e outras Construções".

## **6 Ativos Intangíveis**

Não aplicável.

## 7 Locações

Não aplicável.

## 8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2012			2011		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Locações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descobertos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas caucionadas	4.823,41	0,00	4.823,41	19.166,63	0,00	19.166,63
Contas Bancárias de Factoring	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas bancárias de letras descontadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>4.823,41</b>	<b>0,00</b>	<b>4.823,41</b>	<b>19.166,63</b>	<b>0,00</b>	<b>19.166,63</b>

## 9 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 a rubrica «Inventários» apresentava os seguintes valores:

Descrição	2011				2012		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	81.356,22	1.111.569,71	0,00	63.538,35	1.154.973,21	0,00	62.496,23
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>81.356,22</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>63.538,35</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>62.496,23</b>
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				1.129.387,58			1.156.015,33
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

## 10 R dito

Para os per dos de 2012 e 2011 foram reconhecidos os seguintes R ditos:

Descri�o	2012	2011
Vendas	27.031,33	29.730,35
<b>Prest�o de Servi�os</b>		
Quotas de utilizadores	535.087,38	446.805,48
Quotas e joias	0,00	0,00
Promo�o para capta�o de recursos	3.371.163,70	3.512.721,72
Rendimentos de patrocinadores e colaboradores	1.247.408,74	1.290.193,71
Juros	2.403,94	60,00
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>5.183.095,09</b>	<b>5.279.511,26</b>

## 11 Provis es, passivos contingentes e ativos contingentes

### Provis es

Nos per dos de 2011 e 2012, ocorreram as seguintes varia es relativas a provis es:

Descri�o	2011	Aumentos	Diminui�es	2012
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias a clientes	0,00	0,00	0,00	0,00
Processos judiciais em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Acidentes de trabalho e doen�as profissionais	0,00	0,00	0,00	0,00
Mat�rias ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos onerosos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestrutura�o	0,00	0,00	0,00	0,00
Provis�es espec�ficas do sector	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provis�es	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

### Passivos contingentes

N o se aplica.

### Ativos contingentes

  Descrever quais os ativos contingentes existentes e que efeitos estes podem ter  

## 12 Subs dios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de  Subs dios do Governo  e  Apoios do Governo :

Descri�o	2012	2011
<b>Subs�dios do Governo</b>		
ISS, IP � Centro Distrital	555.945,94	536.146,24
I E F P � Centro de Emprego de Arganil	96.256,66	56.013,35
Autarquias	61.246,85	56.777,67
<b>Apoios do Governo</b>		
<b>Total</b>	<b>713.449,45</b>	<b>648.937,26</b>

### 13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

---

Não se aplica.

### 14 Imposto sobre o Rendimento

---

Não se aplica.

### 15 Benefícios dos empregados

---

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2012 e 2011, foram, respetivamente 5 e 5. Não são processadas quaisquer remunerações.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2011 foi de 164 e em 31/12/2012 foi de 171.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2012	2011
Remunerações aos órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	1.736.081,94	1.600.797,02
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	311.035,93	292.351,20
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	7.219,08	13.398,18
Gastos de Apoio Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	11.377,22	42.132,03
<b>Total</b>	<b>2.065.714,17</b>	<b>1.948.678,43</b>

### 16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

---

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, para 2012, ano de início da prestação do serviço, foi de 3.500,00€.



## 17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2012 e 2011, a Entidade detinha os seguintes Investimentos Financeiros:

Descrição	2012	2011
<b>Investimentos em subsidiárias</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
<b>Investimentos em associadas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
<b>Investimentos em entidades conjuntamente controladas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
<b>Investimentos noutras empresas</b>	<b>6.078,20</b>	<b>6.078,20</b>
<b>Outros investimentos financeiros</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Perdas por Imparidade Acumuladas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total</b>	<b>6.078,20</b>	<b>6.078,20</b>

### 17.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2012 e 2011, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2012	2011
<b>Ativo</b>		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Doadores - em curso	0,00	0,00
Patrocinadores	0,00	0,00
Quotas	0,00	0,00
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Perdas por imparidade	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Passivo</b>		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Resultados disponíveis	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

### 17.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2012 e 2011 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2012	2011
<b>Clientes e Utentes c/c</b>		
Clientes	1.059.622,88	1.885.101,74
Utentes	0,00	0,00
<b>Clientes e Utentes títulos a receber</b>		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00

<b>Cientes e Utentes factoring</b>		
Cientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
<b>Cientes e Utentes cobrança duvidosa</b>		
Cientes	17.921,67	17.921,67
Utentes		
<b>Total</b>	<b>1.077.544,55</b>	<b>1.903.023,41</b>

No período de 2012 não foi registada qualquer «Perda por Imparidade», pelo que se manteve nesta rubrica o valor já inscrito de 17.921,67€. Ressalva-se o facto de esta respeitar o imputamento de valores respeitantes a faturas devolvidas pela Administração Regional de Saúde do Centro, com indicação de que não serão pagas, bem como de uma dívida da Unimed. Estas dívidas apresentam, respetivamente os valores de 15.821,34€ e 2.100,33€.

#### 17.4 Outras contas a receber

A rubrica «Outras contas a receber» tinha, em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a seguinte decomposição:

Descrição	2012	2011
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	192.991,66	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	7.677,49	7.418,49
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>200.669,15</b>	<b>7.418,49</b>

O valor inscrito na rubrica «Devedores por acréscimo de rendimentos» corresponde o imputamento de serviços prestados em 2012 a utentes do SNS que, por força de imposição de um teto de faturação, vieram a ser faturados em janeiro de 2013.

#### 17.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica «Diferimentos» englobava os seguintes saldos:

Descrição	2012	2011
<b>Gastos a Reconhecer</b>		
Valor a pagar aos médicos (Meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 2012)	3.241,94	0,00
Seguros	5.478,38	0,00
<b>Total</b>	<b>8.720,32</b>	<b>0,00</b>
<b>Rendimentos a Reconhecer</b>		
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

### 17.6 Outros Ativos Financeiros

A Entidade detinha, em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, investimentos nas seguintes entidades:

Descrição	2012	2011
Cooperativa Rádio Boa Nova	5.000,00	5.000,00
Caixa Crédito Agrícola de Oliveira do Hospital, CRL	1.078,20	1.078,20
<b>Total</b>	<b>6.078,20</b>	<b>6.078,20</b>

### 17.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de «Caixa e Depósitos Bancários», a 31 de Dezembro de 2012 e 2011, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2012	2011
Caixa	3.249,91	14.496,65
Depósitos à ordem	658.125,78	71.860,07
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Outros		
<b>Total</b>	<b>661.375,69</b>	<b>86.356,72</b>

### 17.8 Fundos Patrimoniais

Nos «Fundos Patrimoniais» ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	1.591.388,23	0,00	0,00	1.591.388,23
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	1.014.602,50	179.247,98	0,00	1.193.850,48
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	1.109.653,79	37.417,42	0,00	1.147.071,21
<b>Total</b>	<b>3.715.644,52</b>	<b>216.665,40</b>	<b>0,00</b>	<b>3.932.309,92</b>

Foi agregado na conta de «Fundos» o valor existente na conta «Excedentes de Revalorização», no valor de 974.272,11.

Este valor correspondia a registo contabilístico de património que não se encontrava escriturado e que vinha desde a génese da Instituição, razão pela qual se integra agora na rubrica de capital próprio «Fundos». Segue a descrição dos bens.



DESCRIPÇÃO	QT	VALOR CONTABILISTICO	CONTA IMOBILIZADO
Terrenos e Recursos Naturais	1	2.739,39	43312
Terrenos e Recursos Naturais	1	4.109,09	43312
Terrenos e Recursos Naturais	1	3.424,24	43312
Terrenos e Recursos Naturais	1	24.010,79	43312
Terrenos e Recursos Naturais	1	1.780,61	43312
Terrenos e Recursos Naturais	1	10.135,76	43312
Terrenos e Recursos Naturais	1	1.369,70	43312
Terrenos e Recursos Naturais	1	6.300,61	43312
Terrenos e Recursos Naturais	1	1.890,18	43312
Terrenos e Recursos Naturais	1	1.808,00	43312
Terrenos e Recursos Naturais	1	1.232,68	43312
Terrenos e Recursos Naturais	1	1.232,68	43312
Terrenos e Recursos Naturais	1	342,42	43312
Terrenos e Recursos Naturais	1	1.917,58	43312
Terrenos e Recursos Naturais	1	1.643,64	43312
Terrenos e Recursos Naturais	1	1.273,82	43312
Terrenos e Recursos Naturais	1	465,70	43312
Terrenos e Recursos Naturais	1	13.669,58	43312
Terrenos e Recursos Naturais	1	6.601,94	43312
Terrenos e Recursos Naturais	1	1.246,42	43312
Terrenos e Recursos Naturais	1	13.162,79	43312
Terrenos e Recursos Naturais	1	2.712,00	43312
Terrenos e Recursos Naturais	1	84.921,21	43312
Terrenos e Recursos Naturais	1	5.478,79	43312
Terrenos e Recursos Naturais	1	7.862,06	43312
Terrenos e Recursos Naturais	1	9.724,85	43312
Terrenos e Recursos Naturais	1	5.000,00	43312
Terrenos e Recursos Naturais	1	7.944,24	43312
Terrenos e Recursos Naturais	1	71.429,08	43312
Terrenos e Recursos Naturais	1	143.717,88	43312
Terrenos e Recursos Naturais	1	4.109,09	43312
Terrenos e Recursos Naturais	1	17.121,21	43312
Prédio de Lisboa	1	399.038,32	43327
Casa com 2 andares na Lajeosa	1	10.000,00	43327
Casa com 2 andares na Lajeosa	1	10.000,00	43327
Casa com 3 andares, dependências e um pátio na Lajeosa	1	25.000,00	43327
Casa de habitação c/2 andares em Lagos da Beira	1	19.951,92	43327
Casa de habitação c/2 andares em Lagos da Beira	1	19.951,92	43327
Casa de habitação c/2 andares em Lagos da Beira	1	19.951,92	43327
Casa com 2 andares na Lajeosa	1	10.000,00	43327
<b>TOTAL</b>		<b>974.272,11</b>	

O resultado positivo de exercício de 2011, no valor de 179.247,98 foi transferido para a conta de "Resultados Transitados", conforme deliberações da Assembleia Geral.

### 17.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de «Fornecedores» é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2012	2011
Fornecedores c/c	582.630,84	759.465,04
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>582.630,84</b>	<b>759.465,04</b>

### 17.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de «Estado e outros Entes Públicos» está dividida da seguinte forma:

Descrição	2012	2011
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	3.939,57	0,00
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>3.939,57</b>	<b>0,00</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	0,00	0,00
Segurança Social	35.693,44	33.975,32
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>35.693,44</b>	<b>33.975,32</b>

### 17.11 Outras Contas a Pagar

A rubrica «Outras contas a pagar» desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2012		2011	
	Nºo Corrente	Corrente	Nºo Corrente	Corrente
<b>Pessoal</b>		<b>267.453,94</b>		<b>246.979,22</b>
Remunerações a pagar		0,00		0,00
Cauções	0,00		0,00	
Outras operações		267.453,94		246.979,22
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
<b>Fornecedores de Investimentos</b>		<b>15.000,00</b>		<b>118.062,72</b>
<b>Credores por acima de gastos</b>		<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
<b>Outros credores</b>		<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>282.453,94</b>	<b>0,00</b>	<b>365.041,94</b>

### 17.12 Outros Passivos Financeiros

Os «Outros passivos financeiros» em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 são os seguintes:

Descrição	2012	2011
	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

### 17.13 Subsídios, doações e legados e exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2012 e 2011, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2012	2011
Subsídios do Estado e outros entes públicos	713.449,45	648.471,90
Subsídios de outras entidades	4.634,03	125,00
Doações e heranças	2.948,85	11.055,58
Legados	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>721.032,33</b>	<b>659.627,48</b>

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

### 17.14 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 foi a seguinte:

Descrição	2012	2011
Subcontratos	36.943,01	44.995,67
Serviços especializados	1.820.223,82	2.158.309,54
Materiais	38.328,50	82.722,92
Energia e fluidos	158.556,54	134.704,39
Deslocações, estadas e transportes	12.468,23	12.005,49
Serviços diversos	63.312,07	28.147,74
<b>Total</b>	<b>2.129.832,17</b>	<b>2.460.885,75</b>

### 17.15 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2012	2011
Rendimentos Suplementares	37.053,94	35.967,18
Descontos de pronto pagamento obtidos	1.674,37	2.397,12
Recuperação de dívidas a receber	0,00	231,34
Ganhos em inventários	0,00	4.942,00
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	22.404,89	28.797,41
Outros rendimentos e ganhos	96.356,25	68.553,78
<b>Total</b>	<b>157.489,45</b>	<b>140.888,83</b>

### 17.16 Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2012	2011
Impostos	4.226,74	3.623,85
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00

Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos e perdas nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Gastos e perdas investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos e Perdas	1.128,06	2.072,90
<b>Total</b>	<b>5.354,80</b>	<b>5.696,75</b>

### 17.17 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2012 e 2011 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2012	2011
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	4.823,41	19.166,63
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	10.570,64	4.381,23
<b>Total</b>	<b>15.394,05</b>	<b>23.547,86</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	2.403,94	60,00
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>2.403,94</b>	<b>60,00</b>
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>-12.990,11</b>	<b>-23.487,86</b>

### 17.18 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos a data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2012.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2011 foram aprovadas pelo Conselho Administrativo em 27 de Março de 2013

Oliveira do Hospital, 27 de Março de 2013

O Técnico Oficial de Contas

A Direção



ATA DE APROVAÇÃO DE CONTAS PELO CONSELHO FISCAL

U  
acta nº 55  
Nos quatro dias do mês de Abril do ano de dois mil e sete, na sede da F.A.A.D. Ipsos, reuniu o Conselho Fiscal com a totalidade dos seus membros, tendo como ponto de agenda único, analisar o balanço e demonstrações de Resultados e dar parecer às contas do exercício de dois mil e sete.

Foram disponibilizados os mapas de balanço e demonstração de resultados e demonstração de gasto das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.

Da análise efectuada destaca-se uma redução do activo em cerca de 35 mil euros, e o passivo reduziu 587 mil euros explicado pela redução de financiamentos obtidos e saldo de fornecedores, no que diz respeito ao balanço. Já na demonstração de resultados em destaque a redução de facturacão em cerca de 90 mil euros, explicado pela redução da actividade emigrada reportada pela ARS Coruêsa.

O aumento do resultado líquido do exercício que se situou em 512.345,43 Euros, deve-se em muito à diminuição dos custos de financiamentos e serviços externos no montante de 331 mil euros.

Os elementos verificados, a comparabilidade e continuidade do exercício justificam-se, sendo que o nosso parecer é favorável à aprovação das contas do exercício de dois mil e sete.

Nada mais haver a tratar, foi lavrada a presente acta que depois de lida vai ser assinada pelos presentes.

*[Assinatura]*  
Paulo José Costa e Silva  
Presidente do Conselho Fiscal



## CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



### CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

#### Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da Fundação de Aurélio Amaro Diniz-IPSS, as quais compreendem o Balanço em 31/12/2012 (que evidencia um total de 5 357 317,14 euros e um total de fundos patrimoniais de 4 444 655,03 euros, incluindo um resultado líquido de 512 345,11 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo do exercício findo naquela data.

#### Responsabilidades

2. É da responsabilidade da administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

#### Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela gerência, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

#### **Opinião**

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Fundação de Aurélio Amaro Diniz-IPSS em 31/12/2012, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

#### **Relato sobre outros Requisitos Legais**

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

#### **Ênfases**

9.1 Tal como referido no Anexo, em 2012, na sequência da adoção do sistema de normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo, efetuaram-se reclassificações e ajustamentos, com impacto nas contas de fundos patrimoniais. Salienta-se, também, a necessidade de adaptação dos Estatutos em conformidade com a legislação aplicável em vigor.

9.2 Tal como referido no Anexo, a entidade entende que a aplicação das taxas de depreciação constantes na legislação fiscal permite obter uma razoável estimativa para o período de vida útil dos investimentos.

Oliveira do Hospital, 5 de abril de 2013.



Daniel Martins Geraldo Taborda, ROC 1479

## CONVOCATÓRIA PARA A ASSEMBLEIA DA LIGA DE AMIGOS



### **Convocatória:**

Nos termos do artigo 32º dos estatutos da *Fundação de Aurélio Amaro Diniz*, convocam-se os associados da Liga de Amigos para uma Assembleia Geral Ordinária a realizar no dia

**8 de Abril de 2013, segunda-feira, pelas 20:30,**

no Lar 3ª Idade com a seguinte ordem de trabalhos:

- a) Leitura da ata da assembleia anterior;
- b) Votação das contas e relatório do Conselho de Administração do ano transacto, auditadas pelo Revisor Oficial de Contas;
- c) Votação do parecer do Conselho Fiscal sobre os documentos atrás mencionados;
- d) Outros assuntos de interesse para a Instituição;

Se à hora marcada não estiverem presentes a maioria dos seus membros, a Assembleia funcionará 30 minutos depois com qualquer número de associados.

Oliveira do Hospital, 20 de Março de 2013

O Presidente da Mesa da Assembleia da Liga de Amigos



(Dr. António Freire Lobo Vaz Patto)

---

*Associe-se na Liga de Amigos. Colabore com o Hospital.  
Quotização de 10€ anual. Mais informações em [www.foad.online.pt](http://www.foad.online.pt)  
Apenas poderão participar os membros que até essa data tenham o pagamento das quotas em dia, nomeadamente 2013.*



## ATA DE APROVAÇÃO DE CONTAS DA ASSEMBLEIA GERAL DA LIGA DE AMIGOS

Vaz Tuli  
8

Ata nº 34

Aos oito dias do mês de abril do ano de dois mil e treze, no lar da terceira idade da Fundação de Paulo Afonso Diniz, reuniu a Liga de Amigos em sessão ordinária convocada no dia vinte do mês de março em a seguinte ordem de trabalhos:

- 1) leitura da Ata da Assembleia anterior.
- 2) votação das contas e relatório do Conselho de Administração do ano transacto auditadas pelo Revisor oficial de contas.
- 3) votação do parecer do Conselho Fiscal sobre os documentos atrás mencionados.
- 4) outros assuntos do interesse da Instituição.

2) A mesa esteve constituída com os seus membros efetivos, presidida pelo sr. Dr. António Freire Lobo Vaz Pato, Secretariada pelo sr. Manuel José Lobo de Seixas Pereira e com a vice-presidência da sr.ª D.ª Maria da Graça Pereira de Figueiredo.

A assembleia estava convocada para as vinte horas e trinta minutos e acabou por iniciar meia hora mais tarde por não estarem presentes a maioria dos membros. A sessão começou pela leitura da ata da assembleia anterior, que foi aprovada por unanimidade.

Passado ao ponto seguinte, tomou a palavra o senhor Presidente do Conselho de Administração, Dr. Álvaro de Abreu Herdade que, suportando-se do relatório de gestão, foi dando conta dos constrangimentos à atividade hospitalar em virtude do facto de a faturação a utentes do SNS imposto pela ARS Centro. Explicou o ponto de situação dos investimentos que estavam previstos para o corrente ano e da necessidade de acantelar a construção de novos espaços para poder acolher um serviço de urgência, situação que foi abordada na última reunião com os responsáveis da ARS. Na continuação de uma mais valia para a tabulação e um assunto que



está a ser acompanhado pelo Município e que poderá endergir a investimentos que não estariam previstos para o corrente ano a par em outros que já estão a decorrer em presta a serem lançados os respectivos encargos. O Sr. Dr. António Nabais referiu da saúde financeira atual da instituição mas que há que avaliar qual o impacto económico que advirá da nova redução dos serviços prestados na capacidade de gerar recursos, pois seria importante manter o mesmo nível de resultados para se poder encerrar os investimentos sem prejuízos.

Os presentes colocaram algumas questões que foram esclarecidas pelo membro do Conselho de Administração assim como explicada e já cumprida obrigação das contas terem de ser sujeitas à certificação legal de contas. Foi, aliás, analisado o documento emitido pelo RCE Prof. Dr. Daniel Taborda, entidade da empremidade do documento apresentado em a realidade da instituição e, de imediato, o Sr. Presidente da Mesa colocou o documento à votação tendo sido aprovados por unanimidade. Foi ainda aprovado a transferência do resultado positivo do exercício de quinhentos e onze mil, trezentos e quarenta e cinco euros e onze cêntimos para a conta de resultados transitados. De seguida, o Sr. Presidente do Conselho Fiscal, Dr. José Nelson Antunes leu o conteúdo da ata número cinquenta e cinco do Conselho Fiscal, que recomendava a aprovação dos documentos verificados por aquela órgão, tendo este tido recebido também aprovação por unanimidade.

Antes de encerrar a sessão, a pedido do Sr. Daniel José Lobo Sousa Pereira, agradeceu-se o trabalho da unidadeável de saúde, que está ainda numa fase de arranque indo apenas 8 horas do Conselho, dando conta de poder a FAPD avançar para



União  
7

Conselho de Administração disse já ter sido pensado o assunto e que está a ser analisado para saber do interesse de empresas e da possibilidade de recorrer através de especialidade.

Não havendo quem mais usasse da palavra o Sr. Sr. Vaz Fátio veio a encerrar a sessão pelas vinte e duas horas e trinta minutos, agradecendo aos presentes, partilhando alguma coisa de não haver mais membros de Liga de Amigos presentes nestas assembleias e interessados nos assuntos da Fundação. Nada mais havendo a registar, foi lavrada a presente ata que, depois de lida, será assinada pelos membros da mesa.

António Carlos Vaz Fátio  
Ana Maria Figueiredo  
Lopes